

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/04/2015 a 30/04/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Lei dos títulos agrícolas e imobiliários será alterada. Victor Martins – O Estado de São Paulo, Empresas e Negócios, Mercados. 04/04/2015.....	3
PL da terceirização opõe CNA e Contag. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 07/04/2015	4
Justiça do Trabalho condena CNA e Faep por cobranças ilegais a pequenos produtores rurais – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 08/04/2015.....	5
Muitos tons de cinza. Chico Alencar – O Globo, Opinião. 16/04/2015.....	5
Pedágio em estradas federais terá alta extra com nova Lei dos Caminhoneiros. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Mercado. 16/04/2015	6
Dilma lançará Plano de Defesa Agropecuária e Plano Safra em maio. Bruno Peres – Valor Econômico, Agronegócios. 20/04/2015	7
Deputados e setor rural em Minas criticam condecoração a Stédile. Suzana Inhesta – O Estado de São Paulo, Política. 23/04/2015	9
Venda de defensivos cresceu em ritmo menor no Brasil em 2014. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 28/04/2015	10
Câmara derruba obrigatoriedade da rotulagem de alimentos transgênicos – Site do MST. 29/04/2015.....	12
Governador de Pernambuco Paulo Câmara recebe comissão da Fetraf/PE e garante políticas públicas para Agricultura Familiar do Estado – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 29/04/2015.....	13

Lei dos títulos agrícolas e imobiliários será alterada. Victor Martins – O Estado de São Paulo, Empresas e Negócios, Mercados. 04/04/2015

Apesar de ter desistido de alterar diretamente a tributação da Letra de Crédito Agropecuária (LCA) e da Imobiliária (LCI), o governo prepara mudanças na regulamentação desses títulos. Fontes ouvidas pelo Broadcast, serviço de tempo real da Agência Estado, relataram que há duas possibilidades: criar uma trava para impedir que outros segmentos utilizem os papéis para fazer captações ou condicionar as emissões ao uso obrigatório de parte significativa dos recursos arrecadados aos setores agrícola e imobiliário.

O desafio do Ministério da Fazenda e dos demais participantes do projeto é chegar a uma situação que aumente a oferta de crédito, captado por meio desses papéis, para o setor agropecuário e para o imobiliário. Ao mesmo tempo, as taxas dessa operação precisam se manter em nível acessível ao produtor rural e para as empresas de habitação. Tudo isso tem de ser feito de modo a garantir que a LCA e a LCI se mantenham rentáveis para os investidores que apostam nesse papel.

Na avaliação de Célio Porto, assessor técnico da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a proposta que impõe a obrigatoriedade de uma faixa do investimento ser aplicada em agricultura seria uma boa opção. "Isso seria alternativa interessante quando o governo diz não ter dinheiro para o Plano Safra", ponderou. Porto usou um supermercado para exemplificar como a faixa funcionaria: "Se o supermercado capta R\$ 10 milhões em LCA por mês, 50% disso deveria ser aplicado em agropecuária."

Original

A outra opção, que cria uma trava e um filtro para as emissões, é classificada por Porto como "voltar ao espírito original da lei". No caso da LCA, o governo identificou que dos cerca de R\$ 150 bilhões do estoque, aproximadamente R\$ 50 bilhões foram emitidos de fato para produtores rurais. O restante foi para segmentos diversos que, por terem mantido qualquer tipo de relação com empresas de agronegócio, se aproveitaram de uma brecha na lei para captar recursos por meio de LCA a taxas atrativas. Na lista estão fabricantes de arames para cercas, supermercados, postos de gasolina.

Célio Porto explicou ainda que a lei permite que esse papel seja emitido, mas lastreado em negócios realizados entre produtores e terceiros. "O espírito original do legislador era para negócios entre agricultores, mas a palavra "terceiros" abriu uma brecha", explicou.

Parte dessas empresas, que estão fora do agronegócio mas usam o papel para arrecadar recursos, fazem ainda arbitragem ao invés de investir o dinheiro na produção. Captam com LCA a um custo baixo e aplicam o dinheiro no mercado a uma taxa mais elevada a fim de obter rendimento com a diferença entre as operações.

O governo estuda uma forma de diminuir o spread. Essa dosagem entre o que será ofertado ao agricultor e o que estará disponível ao poupador ainda não é consenso e será alvo de um intenso debate. O desafio é fazer a LCA chegar a um custo que faça sentido ao produtor. *As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.*

PL da terceirização opõe CNA e Contag. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 07/04/2015

Às vésperas da votação na Câmara do projeto de lei que regulamenta a terceirização no país, produtores e trabalhadores rurais prometem mobilizar parlamentares em defesa de suas posições sobre o tema, que são antagônicas. O presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), prometeu colocar o PL em votação entre hoje e quarta-feira. O texto define regras para a contratação de serviços terceirizados tanto no meio rural quanto no urbano. O governo não se opõe ao projeto, ainda que o PT já tenha declarado sua rejeição.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é totalmente favorável à proposta, sob o argumento de que o texto amplia o escopo de atividades que podem ser terceirizadas e traz menos custos aos produtores rurais e empresas do setor. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) é contra, pois alega que 90% dos casos de trabalho escravo rural no Brasil são associados à terceirização e avalia que a remuneração dos trabalhadores será prejudicada.

Em tramitação há 11 anos no Congresso, o projeto recebeu recentemente um substitutivo do deputado Arthur Maia (SD-BA), que faz oposição ao governo e será o relator da proposta em plenário. O texto proposto por Maia prevê que qualquer empresa pode contratar serviços terceirizados, desde que especializados. Se a proposta for aprovada, ficará permitida no país a terceirização da atividades-fim - ou seja, a atividade econômica para a qual a empresa foi criada. Dessa forma, uma fazenda de soja poderia contratar uma empresa fornecedora de agricultores, quando hoje só é permitida a terceirização de atividades-meio, como segurança e limpeza.

Para Cristiano Zaranza, diretor da Comissão de Relações do Trabalho da CNA, se a proposta do deputado Maia for aprovada os produtores rurais, a maioria de pequeno porte no país, poderão terceirizar mão de obra para atividades que atualmente não são permitidas mas que servem para aumentar a produtividade no campo, como melhoramento genético de animais e desenvolvimento de variedades de sementes.

"Somos a favor do PL como está proposto pelo deputado Maia, pois ele é fundamental para baratear custos de produção no campo. Com a terceirização, o pequeno produtor não precisará mais comprar uma máquina que ele precisa manter por todo ano, basta contratar uma empresa que mantém máquinas e trabalhadores apenas na safra", diz Zaranza. O artigo 2 do PL abre as portas, pela primeira vez, para que produtores rurais pessoa física, autônomos e empreendedores individuais com atuação no meio rural tenham direito de contratar serviços terceirizados. Atualmente, no setor, apenas empresas agropecuárias podem lançar mão dessa estratégia.

Em contrapartida, o secretário de Assalariados Rurais da Contag, Elias D'Angelo Borges, afirma que a proposta, se aprovada, implicará perda de postos de trabalho e precarização dos empregos rurais. "Teoricamente o custo do produtor vai diminuir, mas quando você coloca uma terceira figura para ser remunerado, no caso o terceirizado, o trabalhador da fazenda inevitavelmente vai ganhar menos".

Justiça do Trabalho condena CNA e Faep por cobranças ilegais a pequenos produtores rurais – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 08/04/2015

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) terão de pagar R\$ 1,8 milhão por cobrança irregular de contribuições sindicais a pequenos produtores rurais, normalmente em regime de agricultura familiar. A sentença foi dada pela 17ª Vara do Trabalho de Curitiba, em ação do Ministério Público do Trabalho no estado (MPT-PR). O dinheiro corresponde a indenização por dano moral coletivo.

As entidades foram processadas após o MPT constatar denúncias de empregados com dificuldades para solicitar o fim dos descontos, e de agricultores que estariam com risco de perder suas propriedades caso não pagassem os valores devidos aos sindicatos.

As irregularidades começaram no ano de 1994, quando proprietários de áreas com mais de dois módulos rurais (tamanho de terra mínimo necessário em uma determinada região para a atividade econômica de uma família), começaram a receber cobranças indevidas de contribuição patronal, mesmo sem empregados. A Faep exigia os pagamentos através de cartas de cobrança, sob pena de ajuizamento de medida judicial.

De acordo com a definição do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.166/71, os agricultores em regime de economia familiar são classificados como trabalhadores, sendo assim, não podem ser representados por entidades patronais, e sim apenas por sindicatos laborais, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) ou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Segundo as denúncias dos representantes, foram mais de 30 mil pequenos agricultores envolvidos nas cobranças irregulares, com valores variando entre R\$ 800 e R\$ 4 mil, quantias que muitas vezes superavam suas capacidades econômicas, fazendo com que perdessem seus bens e propriedades.

Obrigação – As contribuições que cabem à CNA e à Faep devem ser pagas pelos empregadores, por meio de guias oficiais da União, sendo proibidos depósitos em contas correntes das entidades ou de seus advogados, sob pena de multa diária de R\$ 500 por infração.

Muitos tons de cinza. Chico Alencar – O Globo, Opinião. 16/04/2015

Bancadas não são mais partidárias, mas de interesses de grupos: agronegócio, mineradoras, bancos, cimento...

Como trazer luz a tantos tons cinzentos da vida nacional? Detectar os principais problemas já é começo de solução. Uma simples ida à rua nos traz reflexão.

No plano econômico-financeiro, meu jornalista indaga, intrigado: “Será que não há mesmo dinheiro para se investir no país?” Ele se referia a dois de nossos problemas cruciais: a evasão de divisas e a sonegação fiscal. O Brasil, segundo a organização Tax Justice, está em quarto lugar no ranking dos países que mais guardam fortunas em paraísos fiscais, depois de China, Rússia e Coreia do Sul. Estima-se que as oito mil contas de brasileiros no HSBC da Suíça — muitas de origem suspeita — somariam o

que Dilma tenta economizar no “ajuste” deste ano. Internamente, a casta financeira não tem do que reclamar: nosso sistema bancário é o menos taxado e o mais lucrativo do mundo. Na sonegação, somos “medalha de prata”, atrás apenas da Rússia. Para se ter uma ideia, essa subtração nos EUA representa 2,3% do PIB, enquanto a nossa corresponde a 13,4%. Os impostos mais sonegados — e isso é corrupção! — são INSS, ICMS e Imposto de Renda.

No plano político, o comentário da moça no caixa do supermercado provoca risos: “Aqueles ratinhos na CPI foram colocados em má companhia!” A Lava-Jato denuncia uma democracia com engrenagem viciada. A larga porta para a corrupção é o financiamento de partidos e campanhas eleitorais. A economia coloniza a política. Em nome da “governabilidade” mantém-se um padrão político que usa o povo como massa de manobra para, captando o seu sufrágio, garantir espaços de poder aos roedores de nacos do orçamento público. Segmentos vitais estão subrepresentados. As bancadas não são mais partidárias, mas de interesses: do agronegócio, das mineradoras, dos bancos, do cimento, da bala, da bola... No “resgate reputacional” das empreiteiras sob investigação, por que elas não deixam de financiar campanhas políticas, antes mesmo que o STF ou o Congresso estabeleçam essa necessária vedação?

Do semiárido nordestino vem a sabedoria de uma mulher do povo: “A primeira coisa que a chuva lava é a lembrança da seca”, disse. A questão ambiental, na qual a hídrica se insere, precisa entrar de vez na agenda das políticas públicas nacionais. O clima no planeta mudou e os extremos são corriqueiros, o que exige planejamento continuado. É urgente apostar em matrizes energéticas alternativas, racionalização do uso da água e combate efetivo ao desmatamento. É preciso dar os primeiros passos na direção de um novo modo de produzir e consumir. Quando a autoridade não prevê nem planeja, o cidadão comum descuida: 37% da água potável no país são desperdiçados.

Na crise, a melhor saída é a que combina mudança estrutural com cultural, fecundando também a atitude pessoal. Sem isso, os ratos continuarão roendo a República.

Chico Alencar é deputado federal (PSOL-RJ)

Pedágio em estradas federais terá alta extra com nova Lei dos Caminhoneiros. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Mercado. 16/04/2015

O governo deverá autorizar, em até 90 dias, uma série de aumentos extras de pedágio nas estradas federais do país, por causa da implantação da nova Lei dos Caminhoneiros, aprovada em março no Congresso e sancionada pela presidente Dilma depois de uma greve do setor.

A lei permitiu que os caminhões vazios paguem pedágio apenas pelas rodas que estiverem no chão, isentando o chamado eixo suspenso. Também permitiu que os veículos trafeguem com mais peso que o permitido antes.

Como isso representa custo e não estava previsto nos contratos, as concessionárias de rodovias terão que ser compensadas com aumento de tarifa, extensão do tempo de contrato ou redução nas obras previstas. A Folha apurou que a alta do pedágio deve ser a forma mais adotada.

Decreto que será publicado até esta sexta-feira (17) deverá conter determinação para que a ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre) reequilibre contratos de concessionárias de rodovias.

A ANTT vai analisar os reajustes caso a caso. Quando o reajuste for permitido, os motoristas de carros, motos e ônibus que pagam o pedágio vão ter que financiar os caminhões isentos.

Mas não apenas eles.

Mais da metade dos caminhões terão custo de pedágio maior que antes da lei. Dos caminhões que passam pelas estradas nacionais, a maioria é de dois ou três eixos.

Esse número varia muito de estrada para estrada.

Nas vias mais urbanas, o número de caminhões de até três eixos pode passar de 60%. No interior do país, onde prevalece o setor do agronegócio, fica abaixo dos 30%.

Para os caminhões de até dois eixos, não haverá ganho já que não há como levantar um deles.

Os de três eixos só vão ter algum benefício se o aumento do pedágio for menor que 10% para pedágios até R\$ 3, de acordo com levantamento de empresas do setor.

Se o aumento for superior a 10%, os caminhões com quatro eixos só vão se beneficiar se a tarifa do pedágio custar até R\$ 4.

Os caminhões com mais de cinco eixos tendem a ganhar em praticamente todos os cenários, até mesmo com aumentos de pedágio superiores a 25%.

CHEIO OU VAZIO?

A partir deste sábado, a isenção para os caminhões entrará em vigor.

O decreto vai considerar que todo caminhão com eixo levantado está isento. O Contran (Conselho Nacional de Trânsito) tem prazo de 180 dias para regulamentar como será a conferência sobre se o veículo está vazio ou não.

Nas rodovias estaduais, ainda não há decisão sobre aumento da tarifa. O secretário de Logística e Transporte de São Paulo, Duarte Nogueira, disse à Folha que vai aguardar a definição oficial do governo federal sobre a fiscalização. Segundo ele, há dúvidas sobre o que será considerado caminhão vazio.

Carlos Roesel, que representa caminhoneiros numa comissão criada pelo governo para regulamentar a lei, diz que a legislação é auto-aplicável e não há motivo para que ela não seja cumprida a partir de sábado. "Cada concessionária que crie meios para fiscalizar", disse Roesel.

Dilma lançará Plano de Defesa Agropecuária e Plano Safra em maio. Bruno Peres – Valor Econômico, Agronegócios. 20/04/2015

BRASÍLIA - Em busca de uma agenda positiva para o governo, a presidente Dilma Rousseff prepara um conjunto de anúncios para as próximas semanas, entre os quais o

Plano Safra 2015/2016, o Plano Nacional de Defesa Agropecuária e a instituição da região conhecida como Matopiba (formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Em entrevista à imprensa no Palácio do Planalto após reunião com a presidente Dilma Rousseff, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, disse que esses anúncios são prioridades da presidente Dilma. O Plano Nacional de Defesa Agropecuária será lançado em 6 de maio; o Plano Safra, no dia 19 de maio e a instituição do Matopiba será formalizada por meio de decreto presidencial no dia 30 de abril.

A ministra afirmou que o lançamento do Plano Nacional de Defesa Agropecuária vai melhorar todo o marco regulatório do setor, com reestruturação e modernização da defesa agropecuária. “Vamos sinalizar aos consumidores brasileiros e de todo mundo de que temos compromisso com questão sanitária”, disse. Kátia Abreu afirmou ainda que o governo vai tentar estimar o custo à União das ações de defesa agropecuária, com a finalidade de facilitar a defesa de recursos do Orçamento para o plano.

Em defesa do Plano Safra, a ministra afirmou que o ajuste fiscal do governo não pode ser “sinônimo de imobilismo” e que a presidente Dilma tem excluído alguns “pontos” do corte de recursos. A ministra disse que os juros no Plano Safra serão “praticamente neutros”. “No ano passado, se a inflação deu 6,5% e a taxa de juros foi 6,5%, a taxa real de juros é neutra. Os que tomaram recursos de 5,5% tiveram juro real negativo de 1,5%. Então estamos trabalhando e a presidente está acompanhando pessoalmente avanços que teremos [no Plano Safra]”, disse. “As outras empresas do Brasil estão com taxas de juros de mais de 12%. Então, acredito que taxas de juros entre 8,5% e até 9% estão muito compatíveis com o nível de inflação de 8,5%”, acrescentou.

Kátia Abreu afirmou também que a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, está “formatando uma solução” para o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O prazo final para inscrição dos imóveis em propriedades rurais é 5 de maio, mas há pedidos feitos ao governo para uma prorrogação. “Não será uma solução geral para o país. Temos que beneficiar e dar tratamento diferenciado para Estados que já fizeram mais de 50% do CAR das propriedades. E temos Estados que infelizmente tem menos de 50% e outros com menos de 20% feitos”, afirmou Kátia Abreu.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais, determinado pela Instrução Normativa Nº2, de 5 de maio de 2014, conforme prevê o Código Florestal (Lei 12.651/12). A inscrição no CAR é obrigatória para todos os imóveis rurais (propriedades ou posses), sejam eles públicos ou privados, e áreas de povos e comunidades tradicionais que façam uso coletivo do seu território. Além de obrigatório, o CAR será exigência para a concessão do crédito agrícola a partir de 28 de maio de 2017.

A ministra disse desconhecer informações de que questões políticas motivarão troca no comando da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Kátia Abreu afirmou ainda que as negociações com caminhoneiros, sobretudo em relação ao preço mínimo do frete, não foram tratadas na reunião desta segunda-feira com a presidente.

Deputados e setor rural em Minas criticam condecoração a Stédile. Suzana Inhesta – O Estado de São Paulo, Política. 23/04/2015

Líder do MST recebeu a Grande Medalha da Inconfidência no último dia 21; ato foi criticado por vários setores da economia do Estado contrários ao movimento

Belo Horizonte - A entrega da Grande Medalha da Inconfidência ao dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) João Pedro Stédile, na terça-feira, 21, Dia de Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais, gerou protestos de integrantes da Assembleia de Minas e de setores da economia do Estado, como agronegócio, indústria e comércio.

A medalha, segundo maior grau da comenda, é entregue pelo governo do Estado a personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil. Na Assembleia, foi protocolado um projeto de resolução que susta os efeitos do ato que concedeu a peça a Stédile.

De acordo com os deputados da oposição, que organizaram a proposta, o ato assinado pelo governador Fernando Pimentel (PT) "fere de morte" os motivos pelos quais a homenagem é feita. "A rigor, até, se ele, o sr. João Pedro Stédile, possuir alguma notoriedade em seu saber, ela o é criminal", afirmou o líder do Bloco Verdade e Coerência, Gustavo Corrêa (DEM).

Segundo Corrêa, os homenageados escolhidos para receber a condecoração em 2015 demonstram a posição de Pimentel de "colocar o governo de Minas a serviço da promoção de correligionários do partido e apadrinhados políticos da presidenta Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula".

Lewandowski. A transmissão do Grande Colar da Inconfidência (comenda extraordinária) ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, também foi criticada. "Demonstrou, claramente, o alinhamento do governo do Estado com os interesses do Partido dos Trabalhadores", afirmou o líder do Bloco Verdade e Coerência na Assembleia de Minas.

De acordo com o líder do governo na Assembleia, Durval Ângelo (PT), o projeto registrado pela oposição não terá efeito prático e deverá ser arquivado. "Um decreto legislativo somente pode tratar de ato de exclusiva competência do governador, o que não é o caso da medalha, concedida por um conselho", disse.

"Não existe isso de cassar a medalha de ninguém. Cassação é coisa de ditadura e não de democracia", completou. Ângelo defendeu o dirigente do MST dizendo que o movimento é parte importante na redemocratização do País e que o governo de Minas Gerais demonstra que dialoga com os grupos sociais e reconhece a importância das organizações populares na construção de uma "sociedade democrática".

Revolta. Na edição desta quinta-feira, 23, dos principais jornais de Minas foi publicada uma nota em nome das Federações da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio-MG), das Associações Comerciais e Empresariais do Estado (Federaminas), das Empresas de Transportes de Carga (Fetcemg), das Indústrias

(Fiemg) e das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL-MG); Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Belo Horizonte; Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Centro Industrial e Empresarial (Ciemg), e Sindicato e Organização das Cooperativas (Ocemg).

O comunicado diz que o emblema passado a Stédile provocou uma "enfática estranheza", uma vez que os objetivos do MST, "acintosamente, violam os mais elementares princípios democráticos". O conjunto de entidades empresariais define o MST como "quem comanda ações reprováveis de movimentos à margem da lei". "Ao renovar o inarredável compromisso com a lei e a ordem, as entidades reiteram a disposição de repelir iniciativas dessa natureza e reafirmam a necessidade de respeito à cultura e ao caráter dos homens e mulheres de Minas Gerais", diz o texto.

Na quarta-feira, 22, a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), com sede em Uberaba, na região do Triângulo Mineiro, divulgou uma nota contra a cessão da efígie, homenagem que foi considerada pela entidade como "antirrepublicana".

"O setor produtivo não pode ficar calado ao ver tamanha condecoração ser concedida ao chefe de um movimento que tem um histórico de desprezo ao Poder Judiciário e à legislação do Brasil, fomentando invasões em propriedades rurais, destruindo a produção e confrontando as autoridades públicas federais e estaduais", declarou o presidente da ABCZ, Luiz Claudio Paranhos, que assina o manifesto.

Procurado pela reportagem, o governo de Minas, por meio de comunicado, afirmou que a relação de agraciados é definida pelo Conselho Permanente da Medalha da Inconfidência, nos termos da Lei nº 882, de 28 de julho de 1952, e do Decreto nº 38.690/97, de 10 de março de 1997.

"O conselho é composto por representantes de entidades civis, professores, pesquisadores, historiadores, juristas, além de representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com plena independência de atuação", diz o documento.

Venda de defensivos cresceu em ritmo menor no Brasil em 2014. Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 28/04/2015

As vendas de defensivos agrícolas bateram um novo recorde no país em 2014, mas o ritmo de avanço do segmento arrefeceu em relação aos anos anteriores. Levantamento recém-concluído pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg) indica que a comercialização rendeu US\$ 12,2 bilhões, 6,9% a mais que em 2013 (US\$ 11,4 bilhões). Mesmo festejado pela indústria, o resultado sinaliza que o ciclo de crescimento de dois dígitos, registrado nos cinco anos anteriores, pode ter ficado para trás.

"Claro que dependerá muito do preço das commodities, do dólar e do clima. Mas o crescimento médio de 15% ao ano [de 2009 a 2013] foi muito positivo, até meio atípico, e já não deve se repetir", disse ao Valor Amaury Paschoal Sartori, vice-presidente executivo do Sindiveg. A disparada alçou o Brasil ao topo do mercado global de defensivos, com pouco mais de 20% de vendas totais estimadas em US\$ 56,5 bilhões. Os EUA ocupam a segunda colocação, com um mercado próximo de US\$ 9 bilhões.

A desaceleração de 2014 foi fruto da combinação entre problemas climáticos (que estimularam a redução dos investimentos nas lavouras) e a diminuição da área plantada de culturas como milho, cana e algodão. Mas a soja ampliou sua participação nas vendas totais - de 51,3%, em 2013, para 56% no ano passado - e voltou a embalar o segmento.

A hegemonia da soja contribuiu também para que a comercialização de fungicidas apresentasse o incremento mais significativo entre as categorias de defensivos: 12,1%, para US\$ 2,91 bilhões. O impulso foi dado pela maior necessidade de combate à ferrugem asiática, fungo responsável por perdas consideráveis em lavouras do grão. "Condições climáticas favoráveis à ferrugem e o desrespeito ao vazio sanitário em algumas regiões ajudaram a elevar a pressão da doença", avaliou Ivan Sampaio, gerente de informação do Sindiveg.

Apesar de os fungicidas terem ganhado peso, a classe permaneceu como a terceira mais vendida, com 24% da comercialização total, atrás dos herbicidas (32%, ou US\$ 3,902 bilhões) e dos inseticidas (39,9%, ou US\$ 4,892 bilhões). A helioverpa, lagarta que dizimou lavouras de grãos e fibras duas safras atrás, ainda colabora para manter os inseticidas como o carro-chefe do segmento. "O agricultor está convivendo melhor com a helioverpa. Mas muitos também cuidaram dela e descuidaram um pouco de outras pragas consideradas secundárias, como as lagartas falsa-medideira e do cartucho, e a mosca branca", afirmou Sampaio.

Os números do Sindiveg revelam, ainda, que a receita dos produtos chamados de "especialidades" (patenteados, portanto mais caros) aumentou em relação à dos genéricos: passou a 51,3% no ano passado, ante 45% em 2013. Em volume, porém, os patenteados ficaram apenas com 24% de participação, embora acima dos 18,5% do ano anterior. "Foram lançados mais dois ou três produtos diferenciados no ano passado, principalmente fungicidas, que justificam esse aumento das especialidades", contou o gerente do sindicato.

Este ano, o clima mais úmido tem favorecido os plantios de cana, café e citros, o que, a princípio, sugere um cenário melhor de vendas para esses segmentos, na perspectiva do Sindiveg. Com os problemas de seca que afetaram essas três importantes culturas de São Paulo em 2014, o Estado caiu no ranking de vendas do segundo para o quarto lugar, com US\$ 1,479 bilhão. Mato Grosso, como já era esperado, seguiu na liderança, com US\$ 2,567 bilhões, seguido por Rio Grande do Sul (US\$ 1,582 bilhão) e Paraná (US\$ 1,574 bilhão).

No momento, chama a atenção a lentidão nas negociações de insumos no país. "Os produtores estão esperando uma melhor definição do dólar para saber se compram defensivos agora ou não", disse Sampaio. Normalmente, acrescentou o executivo, 65% das vendas se concentram no segundo semestre, mas em 2015 a balança pode pender ainda mais para a última metade do ano. "O primeiro trimestre começou fraco e isso se refletiu nas importações de produtos técnicos e formulados, que caíram ao menos 20% em volume", afirmou.

Para 2015, a expectativa do Sindiveg é que as vendas de defensivos cresçam modestamente, de 1% a 2%, ou permaneçam estáveis. "Os mercados de milho e cana,

por exemplo, têm patinado, mas a soja pode tirar essa diferença, como sempre", concluiu Sampaio.

Câmara derruba obrigatoriedade da rotulagem de alimentos transgênicos – Site do MST. 29/04/2015

Muitos consideram o PL um atentado ao direito à informação da população, cujo projeto só beneficiaria as empresas do agronegócio

Na noite desta terça-feira (27), a Câmara dos Deputados aprovou em plenário o Projeto de Lei que prevê a não obrigatoriedade da rotulagem de alimentos que possuem ingredientes transgênicos.

Foram 320 votos a favor e 120 contra. Muitos consideram o PL 4148/2008, do deputado ruralista Luiz Carlos Heinze (PP/RS), um atentado ao direito à informação da população, cujo projeto só beneficiaria as empresas do agronegócio que querem esconder a origem do produto comercializado. Agora, o PL segue para o Senado.

Como funciona

Pela atual lei, desde 2003, todos os produtos que contêm os chamados Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) devem trazer em seus rótulos o símbolo T amarelo e a informação da espécie doadora dos genes.

O projeto 4148 pretende, no entanto, suplantando essa conquista do consumidor em favor da liberdade da indústria alimentícia de não informar o real conteúdo que disponibiliza nas prateleiras.

Com isso, a população corre o risco de consumir produtos, como óleos, bolachas, margarinas, enlatados e papas de bebê sem saber se são seguros ou não.

Retirar o símbolo T amarelo violaria o artigo 6º do Código do Consumidor, que prevê o direito à informação sobre o que se está adquirindo ao se comprar e consumir um produto.

Muitas das empresas já descumprem essa legislação e camuflam a real procedência do alimento. Atualmente, 92,4% da soja e 81,4% do milho do país são de origem transgênica.

A grande questão é que ainda não se sabe os reais riscos do uso dos transgênicos para a saúde do ser humano nem para o meio ambiente.

Porém, existe um elemento jurídico do Direito Ambiental chamado Princípio da Precaução, pelo qual o Estado tem o dever de evitar intervenções indevidas para a manutenção dos processos ecológicos em seus mais diversos âmbitos, mesmo não conhecendo seu real perigo.

Interferência do poder econômico

Numa recente entrevista à Adital, o sociólogo Rubem Siqueira, membro da Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), chamou a atenção para a

interferência do poder econômico das grandes empresas privadas na política institucional brasileira.

Para ele, existe, uma estratégia do poder econômico global, cerca de seis ou oito conglomerados da indústria de tecnologia de alimentos, que pretendem controlar a cadeia produtiva mundial.

"Essas empresas, que detêm essa tecnologia, querem fazer um grande oligopólio de alimentos no mundo. Imagine o poder político que isso tem", explicou Siqueira.

"São essas empresas que bancam os deputados que estão propondo e boa parte dos que estão votando. No submundo disso, há o financiamento de campanha. Por isso é que as campanhas, hoje, são tão caras. Quando a gente vota, não está outorgando um poder para um político baseado no que ele diz", apontou.

"Essas empresas é quem tem o poder real. Temos a ilusão de que se está decidindo pelo voto, mas o poder econômico é que é o grande poder político no Brasil", acrescentou o sociólogo.

O coordenador da CPT ressaltou que é obrigação do Estado garantir o acesso à informação à população. No caso dos produtos transgênicos, saber do que se trata para optarmos se queremos comprar ou não.

Governador de Pernambuco Paulo Câmara recebe comissão da Fetraf/PE e garante políticas públicas para Agricultura Familiar do Estado – Site da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 29/04/2015

A reunião teve também a presença de representantes da Casa Civil, Assembleia Legislativa de Pernambuco e a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária

Representantes de 130 municípios pernambucanos participaram nessa quarta-feira, 28 de abril, da XI Jornada Estadual de Lutas da Agricultura Familiar da Fetraf/PE no Recife. Após o ato, o governador do estado Paulo Câmara, recebeu no Palácio do Campo das Princesas a comissão da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Pernambuco, durante audiência, marcada desde o dia 01 de abril.

Em pauta, foram reivindicados compromissos para reformulação e melhorias de políticas para a agricultura familiar sustentável, bem como investimentos em recursos hídricos no semiárido pernambucano. O Chefe do Executivo assegurou durante a reunião a regularização fundiária para 40 mil agricultores familiares em quatro anos, também salientou a importância de se priorizar as ações.

Para tanto, solicitou aos representantes da Fetraf/PE, seus sindicatos e associações, que elaborem um planejamento com as prioridades do segmento para o próximo quadriênio. "Vamos pactuar o que é possível e vamos fazer. Quem vai acompanhar sou eu. Quem vai cobrar sou eu, junto com vocês", assegurou Câmara, ao ressaltar que o Estado continuará investindo em segurança hídrica através do Plano de Convivência com a

Estiagem, com ações como perfuração de poços, construção de cisternas e sistemas simplificados de abastecimento.

O presidente estadual da Fetraf, João Santos, apresentou ao governador 42 reivindicações, entre elas, uma política pública na comercialização, a recuperação de estradas vicinais para melhor escoamento da produção, a democratização da água, além da qualificação profissional. Ao final da audiência, João Santos disse ter saído “bastante otimista”. “Paulo assumiu um compromisso de fazer com que a agricultura familiar avance, inclusive, colocando mais dinheiro para a questão da pesquisa, para melhorar a nossa produção e qualificar as nossas atividades”, pontuou.

Também participaram da audiência os secretários estaduais Antônio Figueira (Casa Civil) e Nilton Mota (Agricultura e Reforma Agrária); o secretário-executivo da Casa Civil, Marcelo Canuto, o secretário-executivo de Reforma Agrária, José Cláudio, além do deputado estadual e líder do Governo da Assembleia Legislativa, Waldermar Borges.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa